

CONCURSO PUBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E APOIO ESPECIALIZADO NA
ÁREA DOS SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

TA_25_095_CI_S_011_DSD

PROGRAMA DO CONCURSO

Julho 2025

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente concurso, tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação**, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e no seu Anexo I, que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, adiante designada por “Tejo Atlântico”, com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 387 130.

- Endereço eletrónico: compras_contratacao.adta@adp.pt

- Telefone: +351 213 107 900

Fax: +351 213 107 901

Artigo 3.º

Órgão que tomou a Decisão de Contatar

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da Tejo Atlântico, em reunião realizada no dia 10 de julho de 2025, como consta da respetiva ata.

Artigo 4.º

Plataforma Eletrónica

1. O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública da AcinGov, acessível através do sítio <http://www.acingov.pt>, doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* gratuito das peças do concurso, bem como apresentar a proposta, nos termos e mediante as indicações constantes da mesma.

3. O anúncio do concurso foi publicado, de acordo com o n.º I dos artigos 130.º e 131.º do CCP, no Diário da República e no JOUE, respetivamente.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica, até às 23h59 do termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, na plataforma eletrónica, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele expressamente aceites.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 2 ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo neste caso atender-se ao disposto nos números 1 a 3 do artigo 64.º do CCP.
5. A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 2 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- I. As propostas devem, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - I.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de janeiro de 2016, disponível em

<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, conforme **Anexo I** ao presente Programa do Concurso;

I.2. Os seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

I.2.1. Preço global, em conformidade com o modelo no **Anexo II** ao presente Programa do Concurso;

I.2.2. Lista dos Preços Unitários em formato *pdf* e *excel* em conformidade com o modelo de apresentado no **Anexo III** ao presente Programa do Concurso;

I.2.3. Lista nominal dos técnicos propostos, por especialidade, em conformidade com o Anexo I ao Caderno de Encargos.

I.2.4. Curriculum Vitae detalhado e assinado por cada técnico, contendo no mínimo:

- Formação académica;
- Certificações técnicas relevantes (com datas e entidades emissoras);
- Experiência profissional (com descrição de funções, projetos e datas);
- Declaração de disponibilidade para afetação ao contrato.

I.2.5. Cópias dos certificados de formação e certificações técnicas mencionadas nos Curriculum Vitae.

I.2.6. Declaração do concorrente atestando a veracidade do conteúdo dos Currículos Vitae identificados na alínea anterior;

I.2.7. Declaração do concorrente atestando a veracidade da compatibilidade funcional e comportamental dos técnicos propostos;

I.1. Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente, por parte de quem assina a proposta, designadamente a Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;

I.2. Outros elementos de apresentação facultativa, que o concorrente apresente de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente Programa do Concurso ou no Caderno de Encargos.

2. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum do agrupamento, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem nas modalidades jurídicas de agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou associar-se em Consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, observadas as disposições legais Nacionais sobre tais matérias em vigor, conforme modelo apresentado no **Anexo IV** deste Programa do Concurso (Acordo-Promessa de Constituição).
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos que constituem a proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, que prevalecem sobre o original.

Artigo 7.º

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do 32.º (*trigésimo segundo*) dia, a contar da data de envio para publicitação do anúncio em Diário da República (e no Jornal Oficial da União Europeia)

Artigo 9.º

Modo de apresentação das Propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser individual e eletronicamente assinados.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os números 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos números 2 e 3 do presente artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 10.º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 11.º

FASE DE NEGOCIAÇÃO

As propostas não serão objeto de negociação nem haverá lugar a leilão eletrónico.

Artigo 12.º

Critérios de Adjudicação e de Desempate

- I. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, com base nos seguintes fatores e subfatores de apreciação e respetivas ponderações:

Fatores de Apreciação	Ponderação %
a. Preço Global	40%
b. Experiência da equipa a afetar ao contrato	60%
Subfactores:	
b.1 Anos de experiência Profissional	40%
b.2 Competência Técnica	60%

2. A classificação final de cada proposta resultará do somatório das pontuações parciais obtidas em cada fator, multiplicadas pelos respetivos coeficientes de ponderação.
3. Para a análise das propostas utilizar-se-á a metodologia constante do Anexo V do presente Programa do Concurso.
4. Caso seja ordenada em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate e por ordem sequencial, os seguintes critérios:
 - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o menor valor hora, para a especialidade Técnicos Especializados em Comunicações e Segurança;
 - b) Se, da aplicação do critério definido no número anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o menor valor hora para a especialidade Técnico Especializado em Administração de Sistemas e Segurança;
 - c) Se, da aplicação do critério definido no número anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o menor valor hora para a especialidade Técnico Especializado em Sistemas e Aplicações;
 - d) Se, da aplicação do critério definido no número anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o somatório de maior valor do número de certificações comprovadas dos técnicos propostos;
 - e) Caso o empate persista depois de aplicados os critérios indicados nas alíneas anteriores, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o somatório de maior valor do número de formações comprovadas dos técnicos propostos.

Artigo 13.º

Documentos de habilitação

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica indicada no n.º I do artigo 4.º, os seguintes documentos de habilitação:
 - I.1. Declaração de habilitação emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP, que constitui o **Anexo VI** ao presente Programa de Concurso;
 - I.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP:
 - a) Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;

- b) Certificado do registo criminal do Adjudicatário;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
2. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP:
- a) Contrato de constituição de agrupamento, caso o Adjudicatário revista essa forma;
 - b) Curriculum Vitae dos 5 (cinco) técnicos afetos à aquisição de serviços e respetivos certificados de habilitações;
 - c) Declaração de compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VII** do presente Programa de Concurso;
 - d) Declaração com identificação de outorgantes para efeitos de comunicação, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VIII** do presente Programa de Concurso;
 - e) Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções
 - f) Comprovativo de registo, e respetivas atualizações, no Registo Central do Beneficiário Efetivo.
3. Caso o Adjudicatário revista a forma de um agrupamento:
- a) Os documentos de habilitação referidos nas alíneas a), b) c) e d) do número 1.2 do presente artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.
1. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos na alínea 1.2) do número 1 do presente artigo, ou estes não se refiram a todos os casos referidos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por declaração solene, sob

compromisso de honra, feita pelo Adjudicatário, perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

3. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária à consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
4. O Adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea 1.2) do número 1 do presente artigo se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
5. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias, na sequência de solicitação do Adjudicatário formulada à Tejo Atlântico, antes de expirado o prazo a prorrogar.
6. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
7. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP e esse facto não seja imputável ao Adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 14.º

Caução

1. Para a garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 5% (*cinco por cento*) do preço contratual, no prazo de 10 (*dez*) dias a contar da notificação de adjudicação.
2. A caução referida no número anterior deve ser prestada:

- a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Tejo Atlântico, nos termos do modelo constante do **Anexo IX** ao presente Programa do Concurso;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexos X e XI** ao presente Programa do Concurso.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 15.º

Modalidade jurídica do agrupamento

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, ou Agrupamento Complementar de Empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 16.º

Celebração do Contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.

Artigo 17.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das candidaturas, os Candidatos assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os candidatos podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do endereço dpo.adta@adp.pt.

Artigo 18.º

Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o I.I do ponto do n.º I do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento.
- O concorrente deverá preencher as partes I, II (com exclusão da secção D), III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preço

[a que se refere o 1.2.1 do n.º 1.2 do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

Se aplicável (a apresentar separadamente por lote)

F_____ (identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal _____ [qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros], depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do procedimento destinado à celebração do contrato com a referência **Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação - TA_25_095_CI_S_011_DSD**, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato, em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas e pelo preços unitários constantes da Lista de Preços Unitários Adjudicada, pelo preço global máximo de €..... (por extenso), a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data ... Assinatura(s)¹...

(a) Nos termos dos n.º 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

¹ Assinatura(s) nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO III

Lista de Preços Unitários

[a que se refere o 1.2.2 do n.º 1.2 do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

(Documento Autónomo)

ANEXO IV

Modelo de Acordo-Promessa de Constituição

[a que se refere o n.º 2 do artigo 6.º do Programa do Concurso]

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a celebração do contrato de **Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação - TA_25_095_CI_S_011_DSD**, e nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Agrupamento Complementar de Empresas ou Consórcio (escolher o que for aplicável). (a)

A participação qualitativa de cada empresa no Agrupamento Complementar de Empresas ou Consórcio (escolher o que for aplicável) a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente candidatura declaram que a empresa _____ representará o Agrupamento Complementar de Empresas ou Consórcio (escolher o que for aplicável) perante a Águas do Tejo Atlântico, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente candidatura assumem perante a Águas do Tejo Atlântico, responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente candidatura aceitam a exigência de autorização prévia da Águas do Tejo Atlântico a qualquer alteração na composição do Agrupamento Complementar de Empresas ou Consórcio (escolher o que for aplicável), sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura (b) _____

(a) - No caso de o agrupamento ou Consórcio adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Nos termos dos n.os 2 e 3 do artigo 168.º do CCP.

ANEXO V

Metodologia de Avaliação das Propostas

[a que se refere o n.º 3 do artigo 12.º do Programa de Concurso]

I. METODOLOGIA GERAL

De acordo com o Artigo 12.º do Programa do Concurso, o critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, densificado pelos seguintes fatores de apreciação e respetivas ponderações:

Fatores de Apreciação	Ponderação %
a. Preço Global	40%
b. Experiência da equipa a afetar ao contrato	60%
Subfactores:	
b.1 Anos de Experiência Profissional	40%
b.2 Competência Técnica	60%

A classificação final de cada proposta resultará do somatório das pontuações parciais obtidas em cada fator, multiplicadas pelos respetivos coeficientes de ponderação.

2. AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO DA PROPOSTA”

Para avaliação deste fator será analisada a informação apresentada na proposta dos concorrentes em resposta ao solicitado nos pontos 1.2.1 e 1.2.2 do Artigo 6.º do Programa do Concurso.

A avaliação do preço será realizada com base no Preço Total da Proposta, expressa até à 4.^a (quarta) casa decimal, com base na seguinte fórmula de cálculo:

$$P_p = (P_{min} / P_c) \times 40$$

Onde:

- P_p = pontuação do concorrente para o fator preço
- P_{min} = preço mais baixo entre todas as propostas admitidas
- P_c = preço da proposta do concorrente avaliado

3. AVALIAÇÃO DO FATOR “Experiência da equipa a afetar ao contrato”

A avaliação parcial dos subfactores do fator qualitativo b. (Experiência da equipa a afetar ao contrato) será efetuada mediante atribuição da pontuação indicada nas respetivas tabelas com os descritores de valorização dos atributos das propostas.

3.1 Avaliação do subfactor b.1 “Anos de experiência Profissional”

Avaliação da média ponderada dos anos de experiência profissional relevante dos técnicos propostos para as funções descritas no Anexo I do Caderno de Encargos.

Para os técnicos propostos para os perfis de Técnico Especializado em Infraestrutura e Comunicações, Técnico Especializado em Administração de Sistemas e Segurança, Técnico Especializado em Aplicações e Soluções Digitais, a pontuação será atribuída segundo a seguinte grelha:

MÉDIA DOS ANOS DE EXPERIÊNCIA POR TÉCNICO	PONTUAÇÃO
≥ 10 ANOS	24 PONTOS
8 A < 10 ANOS	20 PONTOS
6 A < 8 ANOS	16 PONTOS
5 A < 6 ANOS	12 PONTOS
< 5 ANOS	0 PONTOS (ELIMINATÓRIO)

Para os técnicos propostos para os perfis de Técnico Especializado para suporte a Utilizadores e Técnico Especializado Segurança de Informação, a pontuação será atribuída segundo a seguinte grelha:

MÉDIA DOS ANOS DE EXPERIÊNCIA POR TÉCNICO	PONTUAÇÃO
≥ 8 ANOS	24 PONTOS
6 A < 8 ANOS	20 PONTOS
5 A < 6 ANOS	16 PONTOS
3 A < 5 ANOS	12 PONTOS
< 3 ANOS	0 PONTOS (ELIMINATÓRIO)

3.2 Avaliação do subfactor b.2 “Competência Técnica”

A competência técnica será avaliada com base nos Curriculum Vitae e, se aplicável, em entrevistas técnicas, conforme previsto no Caderno de Encargos.

Serão considerados os seguintes critérios:

ELEMENTO AVALIADO	PONTUAÇÃO
CERTIFICAÇÕES RELEVANTES PARA A FUNÇÃO (EX: CISCO, AWS, MICROSOFT, ITIL, ISO/IEC 27001)	ATÉ 12 PONTOS
PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS SIMILARES (COMPLEXIDADE E RELEVÂNCIA)	ATÉ 12 PONTOS
AVALIAÇÃO TÉCNICA EM ENTREVISTA (QUANDO APLICÁVEL)	ATÉ 12 PONTOS

ANEXO VI

Modelo de Declaração de Habilitação

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP e o I.1 do n.º I do artigo 13.º do Programa do Concurso]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário no procedimento de **Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação - TA_25_095_CI_S_011_DSD**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), Assinatura (11)

(1) *Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.*

(2) *No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada>>.*

(3) *Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.*

(4) *No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada>>.*

(5) *Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.*

ANEXO VII

Declaração de Compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 13.º do Programa do Concurso]

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN 45001 no que respeita ao controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com o fornecimento de bens à Águas do Tejo Atlântico, S.A..

[Local] , [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO VIII

Identificação de Outorgantes para Efeitos de Comunicação

[a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º do Programa do Concurso]

Declara-se que na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação - TA_25_095_CI_S_011_DSD**, o adjudicatário será representado por xxx, na qualidade de xxx, conforme consta na certidão com o código de acesso xxx (indicar outra forma de delegação se aplicável ex: procuração emitida em xxx, ata de AG data de xxx)

Mais declara que no âmbito da execução do contrato a celebrar as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

Adjudicatário:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [•]
- Telefone n.º [•]
- Correio eletrónico [•]

ANEXO IX

Modelo de Guia de Depósito Bancário

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 14.º do Programa do Concurso]

Euros _____ €

Vai _____ [nome do adjudicatário], com sede em _____ [morada], depositar na
_____ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco _____ a quantia de
_____ [por algarismos e por extenso] em dinheiro/em títulos _____

[eliminar o que não interessar], como caução exigida para **Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação - TA_25_095_CI_S_011_DSD**

, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem da Águas do Tejo Atlântico, S.A., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [data]
[Assinatura(s)]

ANEXO X

Modelo de Garantia Bancária

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Programa do Concurso]

À [designação da entidade adjudicante]:

O _____[banco], com sede em _____[morada], com capital social de _____[capital social], pessoa coletiva número _____[número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____[representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)](doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____[nome do adjudicatário], com sede em _____[morada], como adjudicatário do procedimento n.º **TA_25_095_CI_S_011_DSD** destinado à celebração de contrato de **Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação**, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por “Beneficiário”), até ao valor de _____Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do Caderno de Encargos.

Em consequência, este Banco, constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar a sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer qualquer benefício de prévia execução dos bens do Ordenante e sem a dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos do referido procedimento e no Códigos dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade ou vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelem necessárias.

[Local], [data]

[assinatura(s)]

ANEXO XI

Modelo de Seguro Caução

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Programa do Concurso]

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada], presta a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. e ao abrigo do contrato de seguro caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento n.º **TA_25_095_CI_S_011_DSD** destinado à celebração do contrato de **Aquisição de Serviços de Consultoria e Apoio Especializado na Área dos Sistemas e Tecnologias de Informação**, com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a Águas do Tejo Atlântico, S.A. vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Águas do Tejo Atlântico, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que o _____ [adjudicatário], assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Águas do Tejo Atlântico, S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução, celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[assinatura(s)]